

A
Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Lisboa, 28 de Setembro de 2016

Assunto: PARECER CGTP
- PROJECTO DE LEI N.º 291/XIII – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO
TRABALHO NAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA (PCP)

(Separata nº 31, DAR, de 30 de Julho de 2016)

Exmos. Senhores,

O Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual – STT, vem por este meio informar que subscreve o Parecer acima referenciado da CGTP-IN.

Em anexo enviamos o referido Parecer e Impresso.

Com os nossos cumprimentos

P'! A Direcção

João Rodrigues Gonçalves

Sede:

Av. dos Estados Unidos da América, 53 - 15.º Esq • 1700-165 LISBOA Tel: 21 396 66 52 • Fax: 21 397 25 45

Delegação:

Praça D. Filipa de Lencastre, 22 - 7.º, Sala 114 • 4050-259 PORTO Tel./Fax: 22 205 21 88
E-mail: stt.sede@mail.telepac.pt

Projeto de Lei nº 291/XIII
Condições de segurança e saúde no trabalho nas forças e serviços de segurança (PCP)
(Separata nº 31, DAR, de 30 de julho de 2016)

APRECIÇÃO DA CGTP-IN

A CGTP-IN considera positiva e oportuna a iniciativa de proceder à regulamentação das condições de segurança e saúde no trabalho no âmbito da atividade das forças de segurança.

A prevenção dos riscos profissionais e a promoção da segurança e saúde no trabalho são um direito fundamental de todos os trabalhadores, independentemente da sua área ou setor de atividade, pelo que os agentes policiais não podem nem devem continuar a estar excluídos de proteção nesta matéria. A concretização do seu direito a trabalhar em condições de segurança e saúde contribuirá certamente para melhorar as condições de saúde físicas, mentais e sociais dos agentes das forças de segurança, com reflexos positivos no serviço público que prestam.

Neste sentido, a CGTP-IN saúda a apresentação deste projeto legislativo.

A regulamentação da promoção da segurança e saúde no trabalho nas forças e serviços de segurança reveste obviamente especificidades próprias decorrentes da atividade desenvolvida, obrigando à adaptação dos princípios e dispositivos gerais vigentes na matéria.

Esta especificidade não obsta porém a que se atenda às particularidades próprias do regime da promoção da segurança e saúde no trabalho, de modo a assegurar que os agentes das forças de segurança gozam de direitos e garantias em tudo idênticos aos dos demais trabalhadores.

Assim, tendo em vista este objetivo, a CGTP-IN considera que o presente projeto pode ser melhorado nos aspetos seguintes:

- **Artigo 5º Fiscalização e inquéritos**

Embora tendo em conta as especiais exigências e condicionalismos do trabalho policial, a CGTP-IN entende que a fiscalização e a realização de inquéritos no âmbito da SST não podem ficar circunscritos à competência da Inspeção Geral da Administração Interna, mas devem igualmente ter a intervenção de outras entidades que, pela especialização e experiência adquirida na área da segurança e saúde no trabalho, estão mais aptas a intervir neste domínio, como é o caso da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

Assim, sem prejuízo das competências próprias da Inspeção Geral da Administração Interna, entendemos que a lei deve atribuir competências próprias e específicas à

ACT na fiscalização das condições de segurança e saúde no trabalho das forças e serviços de segurança e nos inquéritos aos acidentes de trabalho.

- **Artigo 12º Representantes dos elementos policiais ou equiparados para a SST**

A CGTP-IN entende que a não atribuição de crédito de horas aos representantes dos elementos policiais para a segurança e saúde no trabalho obsta ao cabal desempenho das funções para que estes foram eleitos.

Em nosso entender, é pois indispensável que seja atribuído um crédito de horas para exercício das respetivas funções a todos os representantes eleitos dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho, sob pena de a eleição destes representantes se resumir a uma formalidade sem qualquer utilidade prática.

- **Artigo 24º Médico do trabalho**

O nº 4 deste artigo refere-se ao psicólogo clínico, mas sem fazer qualquer referência prévia à existência desta figura no âmbito dos serviços de vigilância da saúde.

O tratamento da figura do psicólogo clínico deve ser idêntico ao dado ao médico do trabalho, o que implica a definição e referenciação em disposição própria.

Por outro lado, deste mesmo artigo 24º deve resultar claramente quais as responsabilidades a cargo do médico, por um lado, e do psicólogo clínico por outro.

- **Artigo 26º Vigilância da saúde**

- **Artigo 27º Exames de saúde**

- **Artigo 29º Ficha de aptidão**

Em todas estas disposições encontramos referências indiscriminadas ao médico do trabalho e ao psicólogo clínico, sem que se faça a distinção entre os papéis e funções que cada um desempenha na vigilância de saúde dos agentes policiais.

No entender da CGTP-IN, o papel e função do psicólogo clínico, bem como a sua posição no âmbito dos serviços de saúde prestados, deve ser melhor esclarecido e distinguido do desempenhado pelo médico, tendo em conta que estes papéis não são alternativos, mas sim cumulativos.

Assim, o artigo 26º devia referir claramente que a responsabilidade pela vigilância da saúde cabe ao médico do trabalho, cabendo ao psicólogo clínico a responsabilidade técnica pela avaliação psicológica.

No que respeita aos exames de saúde previstos no artigo 27º deve esclarecer-se que todos os exames referidos no nº 3 desta disposição incluem uma avaliação psicológica, da responsabilidade do psicólogo clínico.

Finalmente, relativamente à ficha de aptidão referida no artigo 29º deve prever-se que a ficha de aptidão é preenchida pelo médico e completada pelo psicólogo clínico na parte da avaliação psicológica.

27 de Setembro de 2016